

**Ata da 74ª Reunião Ordinária**  
**Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC**

**Realizada em 17/06/2013, 2ª feira, Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios Bloco E, Sala dos Conselhos, 2º andar.**

Membros Participantes:

1.	Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo – <b>Representante Titular do Ministério dos Transportes</b>
2.	João Luiz Tedeschi – <b>Representante Suplente do Ministério da Fazenda</b>

Outros Participantes:

1.	Andréa Nascimento de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2.	Hugo César Alves da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
3.	Jerônima Damasceno – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4.	Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
5.	Luís Fernando Badanhhan – Ministério de Minas e Energia
6.	Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7.	Valdir Borges Souza – Ministério de Minas e Energia
8.	Vitor Ferraz Santos – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
9.	Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
10.	Daniel Lage Chang – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
11.	Katia Marzall – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
12.	Eduardo Valente Canina – Ministério do Meio Ambiente
13.	Marcela Cristina Rosas Aboim Raposo - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

## **1. Abertura da Reunião e Aprovação das Atas da 72ª e 73ª reuniões ordinárias da CIMGC.**

A Sra. Andréa Araújo abriu a 74ª reunião ordinária da CIMGC agradecendo a presença de todos e dando início a deliberação a respeito das atas da 72ª e 73ª reuniões ordinárias da CIMGC. Ambas foram aprovadas.

## **2. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC**

Foram apresentadas as deliberações sobre as atividades de projeto, tendo sido acordados pelo colegiado os seguintes resultados:

**361/2012 – São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes** (Of. 793/2013 de 09/05/2013, com resposta em 03/06/2013) – **aprovado com ressalvas**, para atender às seguintes exigências:

1) Revisar a data de início de obtenção de crédito informadas no DCP, PDD, Relatório de Validação e *Validation Report*, uma vez que no DCP versão 10, de 12/03/2012, a data citada é 01/05/2012. Já a data informada na página 2 do Relatório de Validação é 01/07/2013.

2) Efetuar revisão completa do DCP (versão 10 de 12/03/2013) de forma que apresente tradução fiel ao texto da versão em inglês (PDD). Foram verificadas algumas incongruências entre os documentos que devem ser corrigidas:

- No DCP, por se tratar de versão em português, deve-se utilizar em todo o texto ponto (.) como separador de milhares e vírgula (,) como separador decimal. Há trechos onde esta regra não foi aplicada como, por exemplo, nas páginas 10 e 20 (338.04 m<sup>3</sup> /h) e na página 17 (Diesel: 74.100).
- Na página 13 do DCP, item *B0,ww*, não houve a tradução total da frase para o português.
- Nas páginas 24 e 25 do PDD há a repetição de um quadro e este não consta no DCP.
- Na página 27 do PDD o seguinte trecho não foi traduzido para o português: “Determined once for each freight transportation activity for a reference trip using the vehicle odometer or any other appropriate sources (e.g. on-line sources)”.

Deve-se ressaltar que a ferramenta para calcular o fator de emissão para o sistema de eletricidade, versão 2.2.1 e que a ferramenta metodológica para a demonstração e avaliação da adicionalidade versão 0.6.1 não são mais válidas e seu registro poderá ser realizado até 23/07/2013.

3) É necessário uma revisão completa no *Validation Report*. Foram identificadas algumas incongruências no documento, como, por exemplo:

- No *Validation Report* na página 15 é mencionada a utilização da metodologia AMS-III. Y, versão 3, enquanto que nas páginas 44, 45, 46, entre inúmeras outras páginas, a metodologia aplicada é apresentada como sendo AMS III.Y versão 02.

- Há a necessidade de reformular o índice do *Validation Report*.

4) O Relatório de Validação deve ser tradução fiel do *Validation Report* (versão do documento em inglês). Foram detectadas várias incongruências entre os documentos, por exemplo:

- Verificar em todo o conteúdo do Relatório de Validação, para que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal, por exemplo, na página 1 o valor da estimativa de ER.

- Deve-se mencionar que na página 8 do Relatório de Validação o texto “No caso de linguagem local ou nacional não ser coberta por nenhum membro da equipe de avaliação no local um intérprete deverá ser usado e o nome deverá ser incluído na lista dos envolvidos” é inexistente no *Validation Report*.

- Na página 13 do Relatório de Validação a data da versão 10 do DCP está diferente daquela citada no *Validation Report*. Nesta mesma página a data dos comentários da Consulta Publica difere da do *Validation Report*.

- Na página 17 do Relatório de Validação o item 6 esta como sim, enquanto que no *Validation Report* este está descrito como N/A.

- Verificar que na página 25 a fórmula abaixo citada no Relatório de Validação está diferente daquela escrita no *Validation Report*.

$$PE_{y,transp} = Q_{y,transp} / CT_y * DT_y * EF_{CO2}$$

- Nas tabelas das páginas 36 e 37 do Relatório de Validação há vários trechos que difere o *Validation Report*, como por exemplo:

/BMD/	Governo do Estado de Goiás: Licença Ambiental de Operação para CCB-Cimpor Cimentos do Brasil Ltda. (planta industrial para incineração de resíduo) No. 21590/2011, datada 06-07-2011.
/CDMDD/	CDM-EB: Diretrizes do documento de concepção do projeto (CDM-DCP) e a metodologia de linha de base e de monitoramento proposta (CDM-NM). Versão 07
/CDMG/	CDM-EB: Glossário de termos do MDL (Versão 05).
/GPCC/	CQNUMC: Orientações para a demonstração e avaliação da consideração prévia do MDL, versão 3, EB 49 Anexo ao Relatório 22
/TDA/	CDM-EB: Ferramenta para a demonstração e avaliação da adicionalidade, a versão 5.2.1

- Na página 44 do DCP o trecho: “O DCP aplicou a versão válida da metodologia aprovada AMS III.Y versão 03, evitamento de metano através da separação de sólidos provenientes de efluentes ou sistemas de tratamento de dejetos, que é a última versão da metodologia no momento que o *webhosting* foi aplicado. Outras metodologias / ferramentas utilizadas: Metodologia de pequena escala AMS-ID, versão 16, rede ligada à geração de eletricidade renovável, para efeitos do cálculo das emissões do projeto; Ferramenta para calcular projeto ou vazamento de emissões de CO<sub>2</sub> provenientes da queima de combustíveis fósseis, versão 02; Ferramenta para calcular ao fator de emissão de um sistema elétrico, versão 02; Ferramenta para calcular projeto inicial, e/ou emissões de fugas de consumo de eletricidade, versão 01;” difere do *Validation Report*.
- Na página 47 o trecho “De acordo com o AMS III.Y versão 03, o limite do projeto compreende o local físico e geográfico onde o tratamento de efluentes teria acontecido e a emissão de metano teria ocorrido na ausência da atividade de projeto proposta. A seção B.3 do DCP descreve/define corretamente o limite do projeto, incluindo a delimitação física da atividade de projeto MDL proposta para efeitos de cálculo do projeto e as emissões de linha de base para a atividade de projeto MDL” difere do *Validation Report*.
- Revisar o formato das datas no Relatório de Validação há trechos onde as datas são registradas no formato da língua inglesa ora no formato da língua portuguesa. Por exemplo, nas páginas 1 e 2.

- Na página 35 do Relatório de Validação não está sendo referida nem a versão e nem a data do DCP avaliado pela EOD (diferente do que está descrito no *Validation Report*).

5) Descrever detalhadamente como e qual parte dos resíduos do abatedouro serão utilizados pela empresa fabricante de cimentos CIMPOR Cimentos do Brasil. A informação constante da licença da CIMPOR é que o empreendimento está autorizado para a atividade de coprocessamento de resíduos industriais, o que não deixa evidente a incineração dos resíduos do abatedouro. Apesar da resposta do proponente, não ficou claro o quanto e como os resíduos do abatedouro são utilizados na fabricação de cimento. Esta informação não está evidente na licença ambiental apresentada (LO CIMPOR). Esclarecer o porquê do valor das estimativas de emissões do cenário de linha de base ter sido alterado desde a primeira versão do DCP. No DCP versão 3, as estimativas de emissões de linha de base eram de 468.980 tCO<sub>2</sub>e para o período de 10 anos. Na versão 10 do DCP, de 12/03/2013, as emissões de linha de base foram estimadas em 559.110tCO<sub>2</sub>e, para o mesmo período.

**439/2013 – Projeto de Biomassa de Resíduo de Açaí em Belém** (Of. 792/2013 de 19/04/2013, com resposta em 03/06/2013) – **aprovado com ressalvas**, para atender às seguintes exigências:

1) Encaminhar documento que comprove a legitimidade do Sr. André Forman Prata para assinar pela empresa VAR do Brasil Ambiental Ltda.

2) O Relatório de Validação deve ser tradução fiel do *Validation Report* (versão em inglês). Há a necessidade de realização de uma revisão completa do documento. Há vários pontos do Relatório de Validação que apresentam diferenças entre as versões em inglês e português. Por exemplo:

- Na página 2: último parágrafo da sessão *Resumo*; e conteúdo das sessões *Data desta revisão*; *Ver. Nº*; e *Número de páginas*;
- Na página 14 do Relatório de Validação afirma-se que “O projeto resultará em reduções de emissões anuais de 993.743 tCO<sub>2</sub>e durante os dez anos de seu período de crédito fixo” enquanto que no *Validation Report* o valor informado é 99.091 tCO<sub>2</sub>e (é necessário revisar este valor).

- Na página 25 do Relatório de Validação a "ferramenta para calcular as emissões de linha de base, projeto e/ou fugas do consumo de eletricidade" versão 3 enquanto que no *Validation Report* é a versão 1 desta ferramenta.
- Na página 27 do Relatório de Validação escrever a versão da ferramenta "Ferramenta para calcular o fator de emissão para um sistema elétrico".
- Na página 25 do *Validation Report* não foi traduzido para o português o seguinte trecho "EFgrid, CM,y = Combined margin CO2 emission factor in year y (tCO2/MWh).
- Inúmeros trechos da Tabela 1 do Apêndice A: *Requisitos de validação baseados no VVS versão 03.0 (EB 6570 Anexo 34), PS versão 02.1 (EB 70 Anexo 2), PCP versão 03.1 (EB 70 Anexo 4) e Diretrizes para preenchimento do formulário de DCP versão 01.0 (EB 66 Anexo 8)* constantes no *Validation Report* não foram traduzidos.
- Na página 100: não foram traduzidas as Solicitações de Ação Corretiva (SAC) feitas após a modificação da metodologia, ou seja, as SACs 27 a 41, presentes no *Validation Report*;
- Na página 109: não foram traduzidas as Solicitações de Novas Informações (CR) feitas após a modificação da metodologia, ou seja, as CRs 18 a 25, presentes no *Validation Report*;
- O Apêndice B do *Validation Report* (página 131) não consta da versão em português; e
- A página 109 do Relatório de Validação não consta da versão em inglês.

### **3. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial em 18 de abril de 2013.**

**440/2013 – Projeto do Aterro Sanitário Canhanduba** – Recebido em 09/04/2013 - A Comissão Interministerial deliberou pela **revisão** da atividade de projeto, para atender as seguintes exigências:

O PDD e o DCP apresentados não são coincidentes. Deve-se ressaltar que o DCP deve ser cópia fiel traduzida do PDD. Ambos os documentos apresentam erros que deverão ser corrigidos. Entre eles:

- Na página 01 do DCP a data de conclusão do mesmo não apresenta “barras” separadoras de dia, mês e ano.
- A quantidade estimada de reduções médias anuais de emissões de GEE informada na página 1 do DCP e do PDD não apresenta unidade de medida.
- Diferentes versões da ferramenta “*Tool to calculate the emission factor for an electricity system*” no PDD (versão 03.0.0 na página 8 e versão 02.2.1 na página 11). No DCP a “Ferramenta para calcular o fator de emissão para um sistema elétrico” está sendo citada como versão 03.0.0. Identificar a versão utilizada e verificar se a mesma está citada corretamente em ambos os documentos. Deve-se destacar que a versão 02.2.1 da ferramenta é válida para solicitação de registro somente até 23 de julho de 2013.
- Diferente versão entre “Combined tool to identify the baseline scenario and demonstrate additionality version 04.0.0 na página 11 do PDD e “Ferramenta combinada para identificar o cenário da linha de base e demonstrar a adicionalidade” versão 05.0.0 na página 11 do DCP. Verificar que na página 7 no PDD a versão mencionada da ferramenta é 05.0.0 . Identificar a versão utilizada e verificar se a mesma está citada corretamente em ambos os documentos.
- Na página 10 do DCP verificar na primeira tabela que o título desta deve ser condições não aplicáveis e não “condições de aplicabilidade da metodologia ACM 0001 (versão 13.0.0)”.
- Há a necessidade de tradução para o português do esquema da figura 2 na página 15 do DCP. Pode-se escrever abaixo da figura a tradução de cada palavra, como, por exemplo:  
Well field – tradução da palavra em português  
Land field- tradução da palavra para o português.
- Na página 34 do DCP acrescentar a temperatura em kelvin dos 60 ° C conforme esta no PDD (página 32).
- Verificar em todo o conteúdo do DCP, para que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal. Há trechos onde esta regra não foi aplicada, por exemplo, na tabela no final da página 44 do DCP, nas páginas 45, 61, 63 , 64 , 79, 80 , entre outras.
- Corrigir na página 48 do DCP a unidade tCO<sub>2</sub>/MWh.
- Na página 81 do DCP tradução para o português de “UKs Technical Guidance”.

- No PDD verificar todas as datas utilizadas e transformar as mesmas no formato da língua inglesa. Foram verificados erros como as datas do período de obtenção de créditos na página 52 e as datas das licenças ambientais na página 82, entre outras.

1) Os documentos *Validation Report* e Relatório de Validação não são coincidentes. Deve-se ressaltar que o Relatório de Validação deve ser cópia fiel traduzida do *Validation Report*. Ambos os documentos apresentam erros que deverão ser corrigidos. Entre eles:

- No Relatório de Validação (p. 87 da versão em inglês e p.91 da versão em português) a EOD atesta que o DCP foi desenvolvido de acordo com a última versão do formulário disponibilizado pelo Conselho Executivo do MDL e forneceu o link para acesso a este formulário (versão 3), o qual não é mais aceito pelo EB desde 01/02/2013. Considerando que a versão do formulário usada no PDD enviado à CIMGC foi a 4.1, esta informação deveria ter sido apresentada pela EOD no Relatório de Validação enviada à CIMGC (Revisão 4 de 08 de abril de 2013).
- Traduzir a sigla NPV na página 451 do Relatório de Validação.
- No item 7.2 da página 95 do *Validation Report* há a necessidade de tradução para o português “Tool to calculate baseline, project and/or leakage emissions from electricity consumption (version 1, EB39)”; e na página 96 de Tool to calculate the emission factor for an electricity system”.
- Na página 101 do Relatório de Validação há a necessidade de retirar a ferramenta "Ferramenta para determinar a vida útil restante dos equipamentos"; que não está no *Validation Report*.
- Verificar que há diferenças entre as versões da “Ferramenta combinada para identificar o cenário de linha de base e demonstrar adicionalidade (versão 05.0.0) no item 7.7 na página 97 do *Validation Report* e na página 102 do Relatório de Validação. Verificar a versão da ferramenta utilizada em todo o conteúdo do *Validation Report* e Relatório de Validação.
- Na página 122 do Relatório de Validação o trecho “De acordo com o DCP v.03, o parâmetro PEFC,y não é aplicável, pois não é esperado consumo de combustível fóssil” não é existente no *Validation Report*.
- Na página 125 do Relatório de Validação modificar o formato numérico da fórmula  $PEEC,captive,y = 11,400 \text{ tCO}_2/\text{MWh} * PPCP, \text{ Diesel-generator}$  para o português.
- Na página 130 do Relatório de Validação verificar que o item é Seção B.7.1



- Na página 153 do Relatório de Validação há tabelas que não são correspondidas no *Validation Report* (pagina 139).
- Na página 198 do Relatório de Validação não houve a tradução do seguinte trecho da pagina 172 do *Validation Report* (*Such data sources may include local lending and borrowing rates ,equity indices, or benchmarks determined by relevant national authorities. The DOE's validation of such benchmarks shall also include its opinion of the suitability of the benchmark applied in the context of the underlying project activity*)
- Na página 199 do Relatório de Validação a conclusão final do item 9.7.8 não está coincidente com o *Validation Report* (página 173).
- Na página 203 do Relatório de Validação verificar que as fontes 9.7.13 a 9.7.17 não foram traduzidas para o português.
- Na página 215 do Relatório de Validação a data da consulta pública global está diferente daquele citado no *Validation Report* (página 185).
- Na página 215 do Relatório de validação há a necessidade de colocar a fonte do item 12.5.
- Nas páginas 218 a 229 a data da avaliação da GLC em todas as SAC difere da data citada no *Validation Report*.
- Na página 230 do Relatório de Validação o valor aplicado de kW difere daquele referido no *Validation Report*.
- Na página 241 do Relatório de Validação não foi traduzida para o português a seguinte frase do *Validation Report*: 4.UNFCCC project no 1626: Discount rate: 10% (Source: SELIC 2007 (11.5%) adjusted for inflation) e 5. UNFCCC project no 3464: 12.43% (Source: SELIC 2008)

By means of financial expertise and local and sectoral knowledge, GLC identified that the applied value is appropriate and the source is deemed credible. The value is valid and applicable at time of investment decision. The value has been correctly indicated in PDD Section B.5 and Financial Excel Sheet.

- Nas páginas 245 e 248 do Relatório de Validação os certificados estão em branco, diferentemente do *Validation Report*.

2) O Proponente informa que haverá o recebimento de resíduos hospitalares pelo aterro sanitário. Apesar de não fazer parte do projeto, solicitamos a apresentação de declaração que demonstre a ciência do órgão ambiental local a respeito do recebimento do resíduo

hospitalar e que informe também a qual tipo de tratamento este resíduo será submetido, já que este tipo de resíduo é considerado um resíduo perigoso e que na licença não se faz menção ao seu recebimento e forma de tratamento.

3) As cartas convites apresentaram problemas:

- A carta convite enviada ao Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) foi enviada para o seu antigo endereço e com isso, houve a devolução do AR ao remetente como destinatário desconhecido. Porém, desde 27/08/2012, há uma atualização do endereço citado no site <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/37142.html>.
- Não foi enviada carta convite a nenhuma associação comunitária cujas finalidades guardem relação direta ou indireta com a atividade de projeto como uma associação ou cooperativa de catadores, como, por exemplo, a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Foz do Rio Itajaí- COOPERFOZ – Itajaí.
- Não foi enviada carta convite ao órgão ambiental municipal, a Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI, órgão que fiscaliza e emite as licenças ambientais, entre outras atividades, cujo site é <http://novo.itajai.sc.gov.br/c/meio-ambiente> e que possui o seguinte endereço:

FAMAI

Endereço: Rua 15 de novembro, 235 Centro 88301-420 Itajaí/SC

Como não foram enviadas cartas convites a todos os atores sociais, há a necessidade de realização de uma reunião pública presencial de acordo com o disposto na Resolução nº 10 da CIMGC, disponibilizada no seguinte link:

([http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes\\_da\\_Comissao\\_Interministerial\\_na\\_condicao\\_de\\_Autoridade\\_Nacional\\_Designada\\_do\\_Mecanismo\\_de\\_Developimento\\_Limpo.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes_da_Comissao_Interministerial_na_condicao_de_Autoridade_Nacional_Designada_do_Mecanismo_de_Developimento_Limpo.html)).

4) O proponente informa que haverá o recebimento de resíduos hospitalares pelo aterro sanitário. Apesar de não fazer parte do projeto, solicita-se a apresentação de declaração que demonstre a ciência do órgão ambiental local a respeito do recebimento do resíduo hospitalar e que informe também a qual tipo de tratamento este resíduo será submetido, já

que este tipo de resíduo é considerado um resíduo perigoso e que na licença não se faz menção ao seu recebimento e forma de tratamento.

**441/2013 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Renascença e Ventos de São Miguel**–  
Recebido em 10/04/2013. A Comissão Interministerial deliberou pela **revisão** da atividade de projeto, para atender as seguintes exigências:

1) Em relação ao Documento de Concepção do Projeto/*Project Design Document* (DCP/PDD):

- Na análise de investimento, subpasso 2b, apesar do participante do projeto não aplicar um prêmio de risco sobre o rendimento do título, o que resultaria em um *benchmark* maior, foi selecionado um título (NTN-C) cuja participação no estoque do Tesouro Nacional não é representativa. Além disso, as NTN-C não estão sendo mais ofertadas para compra desde 2006, sendo que o Tesouro Nacional atua apenas na recompra deste título. Desta forma, recomenda-se para o subpasso 2b a utilização de outro título público para aplicar a análise de *benchmark*;
- Revisar o conteúdo da Tabela 09: *Empreendimentos de geração de eletricidade eólica em operação no Brasil*, página 23 do DCP, uma vez que esta não contém as 12 últimas linhas da tabela informada no PDD e que o DCP deve ser uma tradução fiel do PDD;
- Revisar a lista das partes interessadas para as quais foram enviadas cartas-convite, página 41 do PDD e página 42 do DCP, para garantir que o conteúdo seja o mesmo nos dois documentos;
- Revisar o conteúdo das Tabelas 7 e 8, página 20 do DCP, e corrigir a pontuação de separação de casas decimais das porcentagens informadas.

2) Em relação ao Relatório de Validação/*Validation Report* (RV/VR):

- Encaminhar a versão final do *Validation Report* contendo a assinatura do responsável pela validação;

- Encaminhar o Anexo A contendo informações sobre as Solicitações de Ação Corretiva (SACs), Solicitações de Esclarecimento (SEs) e Pedido de Ação Futura (FAR) realizadas pela validadora;
- Revisar as referências mencionadas no RV/VR, uma vez que foram encontrados erros, por exemplo, mesmos números de referência (/2/ /3/) indicam documentos diferentes e referências mencionadas no texto não descritas na relação apresentada (/28/ /30/ /32/ /34).
- Corrigir os números das referências citadas nos pontos 3.1 e 4.11 (páginas 09 e 31 do Relatório de Validação) que apresentam a expressão Erro! Fonte de referência não encontrada;
- Corrigir a sigla PDD no Relatório de Validação, o correto seria DCP.

3) Em relação ao Anexo III:

- No item b), descrever como a atividade de projeto irá contribuir com a geração líquida de empregos;
- No item c), em atendimento às exigências da Resolução CIMGC Nº1, de 11 de setembro de 2003, esclarecer o argumento utilizado de que o incremento das receitas municipais beneficiará os moradores da região e gerará forte crescimento da demanda de produtos e serviços dos comerciantes do município e região, identificando os elementos quantitativos mínimos que subsidiarão a afirmação de que atividade de projeto irá contribuir para a distribuição de renda;
- No item d), esclarecer a contribuição da atividade de projeto para a capacitação e desenvolvimento tecnológico;
- No item e), expor de forma clara a contribuição da atividade de projeto para a integração regional e a articulação com outros setores.

**442/2013 – PCH Paracambi Projeto MDL (JUN 1064), Brasil** – Recebido em 11/04/2013 - A Comissão Interministerial deliberou pela **revisão** da atividade de projeto, para atender as seguintes exigências:

- 1) Em relação ao Documento de Concepção do Projeto/*Project Design Document* (DCP/PDD):

- Numerar as páginas do DCP;
- Traduzir para o português o item A.3. *Technologies and/or measures* do DCP;
- Apresentar o *link* correto da referência do Prêmio de Risco Global fornecido por Aswath Damodaran (nota de rodapé nº 7, página 12 do DCP) e esclarecer o valor de 13,97% atribuído a este parâmetro;
- Revisar o PDD e corrigir os erros de pontuação de separação de casas decimais ou de milhares encontrados, por exemplo, nas páginas 5, 14 e 23; e
- Corrigir as unidades dos parâmetros constantes na tabela 7.1 do PDD, página 13, uma vez que os valores são apresentados em dólar americano.

2) Em relação ao Relatório de Validação/*Validation Report* (RV/VR)

- Corrigir o número da revisão indicada na capa do Relatório de Validação;
- Encaminhar uma cópia do *Validation Report* assinada pelo responsável pela validação;
- Revisar o *Validation Report* e corrigir os erros de pontuação de separação de casas decimais ou de milhares encontrados, por exemplo, nas páginas 18, 20, 22, 27 e 30;
- Corrigir as unidades dos parâmetros apresentados na tabela da página 30, uma vez que os valores são apresentados em dólar americano; e
- Apresentar no *Validation Report* a cotação utilizada para converter os valores em reais apresentados no DCP para dólar americano

3) Em atendimento ao Artigo 3º da Resolução nº 7 da CIMGC, encaminhar a cópia da carta-convite enviada ao Ministério Público Federal (MPF) acompanhada do comprovante de recebimento (AR). Na impossibilidade de comprovar a formalização do envio de convites de comentários ao MPF, os proponentes deverão realizar reunião pública presencial, conforme estabelecido na Resolução nº 10 da CIMGC.

4) No Anexo III, item E, Avaliar e reescrever a frase “A geração descentralizada de energia contribui mais para o desenvolvimento sustentável que um centralizado. O desenvolvimento da integração regional por meio de uma planta geradora descentralizada conectada à rede irá aumentar a segurança e diminuir a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia.”. Considerar na análise:

- Uma PCH conectada ao grid não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia.

- A geração por diversas PCH's não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única PCH, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente.

**443/2013 – PCHs Coronel Araújo e Passo Ferraz Projeto MDL (JUN 1059), Brasil –** Recebido em 11/04/2013 - A Comissão Interministerial deliberou pela **revisão** da atividade de projeto, para atender as seguintes exigências:

1) Consta no PDD e no DCP, ambos na página 6, que a metodologia AMS-I.D (versão 17) é válida de 3 de Junho de 2011 em diante. Entretanto, de acordo com o site da UNFCCC esta versão da metodologia é válida desde 17 de junho de 2011. Solicita-se correção.

2) Solicita-se realizar revisão completa do DCP no tocante à tradução, pois foram verificados trechos não traduzidos e outros cuja tradução está incorreta e/ou confusa.

3) O Relatório de Validação entregue à CIMGC (Revisão nº 0 de 20/03/2013) está em desacordo com o inciso III do art.3º da Resolução nº 1 da CIMGC, uma vez que:

- A validação não foi finalizada, pois na seção referente à “Avaliação Final” (páginas 15 e 16 das versões em inglês e português, respectivamente) é informado que “...após a revisão técnica bem sucedida do relatório final, será feita uma avaliação global (procedimental) por um assessor sênior em relação às premissas de credenciamento da TÜV NORD. Somente após esta etapa, o pedido de registro pode ser iniciado (no caso de um parecer positivo de validação)”;

- Embora faça referência à data correta do PDD/DCP (14/02/2013 – página 2), não apresenta o número da versão avaliada (versão 2);

- Não contém a assinatura do responsável pela validação;

- O Anexo 7 (STATEMENTS OF COMPETENCE OF INVOLVED PERSONNEL) está em branco, contendo apenas uma observação de que as informações serão inseridas ao final do processo.

- Solicita-se realizar revisão completa do Relatório de Validação no tocante à tradução para o português, pois foram verificados trechos cuja tradução está incorreta e/ou confusa, inclusive quando se trata de representação numérica, como por exemplo:

✓ Short scale naming system: (Only) million =  $10^6$  and billion  $10^9$  shall be used (página 91).

✓ O sistema de escala curta de nomenclatura: (Apenas) milhões =  $10^6$  e  $10^9$  bilhões devem ser usados. (página 97).

4) No Anexo III, o texto referente à contribuição da atividade de projeto para a sustentabilidade ambiental local foi desenvolvido com base em comparações entre PCHs e grandes hidrelétricas, apresentando sempre favorecimento ambiental para as PCHs em detrimento das hidrelétricas. Não houve, entretanto, uma análise de escala de forma que tal comparação fica prejudicada. Ressaltando-se ainda, não haver relato no PDD/DCP sobre a existência de hidrelétricas no local onde a atividade de projeto será instalada. Diante do exposto, este item deve ser reformulado com base na avaliação da mitigação dos impactos ambientais do local (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciada pelo projeto, em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência.

5) No que diz respeito aos destinatários obrigatórios, descritos no parágrafo segundo, do art.3º da Resolução nº 7 da CIMGC, não foram enviados à CIMGC os comprovantes de envio e recebimento das cartas-convite (ARs) que deveriam ter sido encaminhadas aos órgãos ambientais municipais e às associações cujas finalidades guardem relação direta ou indireta com a atividade de projeto, para ambos os municípios (Bom Jesus e Água Doce). Solicita-se apresentar a documentação correspondente. Na impossibilidade de apresentar os comprovantes solicitados, os participantes deverão realizar reunião pública presencial de acordo com o disposto na Resolução nº 10 da CIMGC, disponibilizada no seguinte link:

[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes\\_da\\_Comissao\\_Interministerial\\_na\\_condicao\\_de\\_Autoridade\\_Nacional\\_Designada\\_do\\_Mecanismo\\_de\\_Developim ento\\_Limpo.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes_da_Comissao_Interministerial_na_condicao_de_Autoridade_Nacional_Designada_do_Mecanismo_de_Developim ento_Limpo.html)).

6) Anexo III, item E, 1º parágrafo, avaliar e reescrever o trecho “A geração descentralizada de energia contribui mais para o desenvolvimento sustentável que um

centralizado. A integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada conectada à rede diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia.”.

- Uma PCH conectada ao *grid* não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia.
- A geração por diversas PCH's não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única PCH, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente.

#### 4. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC.

**444/2013 – Projeto de MDL CAAL** – Recebido em 22/04/2013- (Projeto sobre biomassa de casca de arroz).

**445/2013 – Projeto de Biogás de Aterro de Franca/Araúna** – Recebido em 17/05/2013

**446/2013 – Projeto de Energia Eólica Renova LEN 11** – Recebido em 10/06/2013.

#### Quadro Síntese da análise dos projetos

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
361 – São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes	Revisão	Aprovado com ressalvas
439/2013 – Projeto de Biomassa de Resíduo de Açaí em Belém	Revisão	Aprovado com ressalvas
440/2013 – Projeto do Aterro Sanitário Canhanduba	Submetido	Revisão
441/2013 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Renascença e Ventos de São Miguel	Submetido	Revisão
442/2013 – PCH Paracambi Projeto MDL (JUN 1064), Brasil	Submetido	Revisão
443/2013 – PCHs Coronel Araújo e Passo Ferraz Projeto MDL (JUN 1059), Brasil	Submetido	Revisão



444/2013 – Projeto de MDL CAAL	Stand by	Submetido
445/2013 – Projeto de Biogás de Aterro de Franca/Araúna	Stand by	Submetido
446/2013 – Projeto de Energia Eólica Renova LEN 11	Stand by	Submetido

## **5. Consulta do EB às ANDs sobre o documento “Concept note on operationalizing carbon dioxide capture and storage as a CDM project activity”**

A Sra. Andréa Araújo mencionou que a Secretaria Executiva comunicou aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 10 de junho último, que Conselho Executivo do MDL (EB) está desenvolvendo documentos sobre modalidades e procedimentos para captura e armazenamento de dióxido de carbono em formações geológicas como atividade de projeto de MDL e que este Conselho solicitou à AND brasileira apresentar sua opinião e sugestões sobre o documento por eles encaminhado e intitulado “*Concept note on operationalizing carbon dioxide capture and storage as a CDM project activity*”. Complementou que na referida nota conceitual também estava sendo proposto o desenvolvimento do formato da carta de aprovação da AND para aprovação das atividades de projeto CCS. Os membros decidiram que a Secretaria Executiva deveria enviar resposta ao EB informando que o Brasil ainda não possui regulamentação sobre o CCS e que este assunto está em discussão pela AND brasileira. Os membros apresentaram a necessidade de obter mais informações sobre o este assunto. Ficou decidido que a Secretaria Executiva iria verificar a possibilidade de contratar um consultor com expertise em CCS no para realizar a análise do documento enviado pela EB e orientar à CIMGC sobre o tema.

## **6. Definição sobre a situação da proposta de doação de RCEs para compensação de emissões durante a Copa.**

Andréa Araújo mencionou que na reunião passada (73ª) foi decidido pelo colegiado que o MMA iria convocar uma reunião técnica, aberta a todos os membros da CIMGC interessados. O objetivo seria definir o papel da Comissão na efetivação de doação de RCEs para compensação de emissões durante a Copa, de acordo com as possibilidades levantadas pelo Sr. André Odenbreit naquela reunião. Quando também se decidiu que posteriormente

seria realizada nova reunião com a participação de outros atores externos, considerados relevantes para as discussões. A Sra. Josana Esser mencionou que o MMA havia se programado para realizar esta reunião em 28 de junho próximo. Entretanto, com a informação de que o curso sobre MDL organizado pelo MCTI teria início nesta data, sugeriu antecipar a reunião para 24 ou 25 de junho, dependendo, porém, da disponibilidade de agenda dos atores envolvidos. Sugeriu que a convocação fosse feita via endereço eletrônico institucional da CIMGC, o que foi acatado pela Secretaria Executiva.

**7. Questionamento do senhor Diego Nicoletti a respeito da manutenção das cartas de aprovação das atividades de projeto: Projeto de gás de aterro CPTR Marituba; Projeto de gás de aterro da CTR da Caturrita; Projeto de gás de aterro CTDR Bob Ambiental e Projeto de gás de aterro Rio Grande, após atendimento aos questionamentos apresentados pelo Conselho Executivo durante o processo de registro.**

Andréa Araújo deu ciência aos membros da CIMGC que o Sr. Diego Nicoletti encaminhou mensagem eletrônica informando ter tido quatro projetos de gás de aterro colocados em revisão pelo EB durante o processo de registro (Projeto de gás de aterro CPTR Marituba; Projeto de gás de aterro da CTR da Caturrita; Projeto de gás de aterro CTDR Bob Ambiental e Projeto de gás de aterro Rio Grande). A mensagem esclareceu que o EB solicitou à EOD apresentar argumentos mais substanciais para comprovar que as atividades de projeto não iriam promover a redução da quantidade de resíduos orgânicos que seriam reciclados na ausência da mesma. Ainda segundo o proponente, as informações requeridas pelo EB estavam sendo inseridas no *PDD e Validation Report*, e o prazo máximo para reapresentar as atividades de projeto com as devidas correções ao EB era 21 de junho próximo. Informou que o proponente perguntava à CIMGC sobre a possibilidade desta Comissão atestar que as Cartas de Aprovação anteriormente emitidas continuariam válidas para as versões revisadas ou se haveria necessidade de emissão de novas Cartas. A Sra. Sonia Regina Bittencourt argumentou que se deveria manter válidas as cartas já expedidas, uma vez que o Brasil não tem como prática comum a reciclagem de resíduos orgânicos e que de acordo com publicação do IPEA, de 25 de abril de 2012, somente 1,6% do total estimado de resíduos orgânicos coletados no Brasil são encaminhados para reciclagem. Foi decidido, por unanimidade dos membros presentes, que a Secretaria Executiva enviará resposta à EOD, informando que as Cartas de Aprovação emitidas continuariam válidas

somente se as alterações realizadas nos documentos estivessem relacionadas apenas à inclusão das informações solicitadas pelo EB. Deverá ser informado, ainda, que o responsável pelos projetos em questão deverá enviar à CIMGC cópia das novas versões do PDD e do *Validation Report* apresentado ao EB.

## **8. Informes da Secretaria Executiva**

A Secretaria Executiva da CIMGC fez os seguintes informes:

8.1. Que a Resolução nº 10 da CIMGC, que trata da realização de reunião pública presencial na impossibilidade de comprovar a formalização do envio das cartas-convite a todos os atores determinados pelo art. 3º da Resolução nº 7, havia entrado em vigor em 23 de maio último, data da sua publicação no DOU.

8.2. Que a Secretaria Executiva, em 07 de junho último, havia enviado mensagem eletrônica aos membros comunicando sobre a realização de curso sobre “Análise de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Elementos sobre o Protocolo de Quioto”, agendado os dias 26, 27 e 28 de junho e que foi solicitado a todos a indicação de dois representantes, que necessariamente atuassem na elaboração de pareceres e atividades relacionadas à CIMGC. Foi informado que até aquele momento a Secretaria Executiva havia recebido uma única indicação, enviada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e que só poderia aguardar até o final da reunião para receber as demais indicações, em função dos trâmites necessários para a efetivação da realização do referido curso.

8.3. Que a Secretaria Executiva havia enviado correspondência para todos os Ministérios integrantes da Comissão para indicação de seu representante titular e suplente e que, até o momento, os Ministérios das Cidades, Fazenda e da Casa Civil não haviam enviado o nome de seus representantes. O senhor João Tedeschi, representante suplente do Ministério da Fazenda, informou que aquele Ministério já havia respondido à solicitação e se comprometeu a enviar à Secretaria Executiva da CIMGC cópia da correspondência mencionada.

8.4. Que houve o lançamento da publicação “Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil”. Cópias da mesma foram entregues aos representantes dos

ministérios do Meio Ambiente; Transportes; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Minas e Energia; e Fazenda, que estavam presentes na reunião.

8.5. Que a Secretaria Executiva havia encaminhado mensagem eletrônica aos membros, informando que o Conselho Executivo do MDL (EB) havia solicitado à AND brasileira apresentar opinião e sugestões, até 16 de junho, a respeito da proposta de documento sobre linha de base padronizada (*Development, revision, clarification and update of standardized baselines*). Considerando o curto espaço de tempo para manifestação da CIMGC, a secretaria executiva apresentou na referida mensagem, uma proposta de resposta (“O Brasil não tem uma posição formada a respeito da adoção de linha de base padronizada em seu território. Este assunto ainda está em discussão”). Solicitou manifestação dos membros quanto à aprovação da mesma e esclareceu que esta somente seria enviada ao EB caso houvesse manifestação positiva de no mínimo 2/3 dos membros. Informou que a Secretaria-Executiva havia recebido manifestações apenas do Ministério dos Transportes, de Minas e Energia e de Meio Ambiente, todas favoráveis ao encaminhamento da resposta proposta na mensagem eletrônica. Os demais ministérios não se manifestaram. Considerando não ter havido manifestação positiva de no mínimo 2/3 dos membros, a secretaria executiva não apresentou resposta ao EB. Entretanto, os membros presentes consideraram importante que o Brasil se manifestasse e solicitou que a Secretaria Executiva encaminhasse ao EB o texto sugerido.

8.6. A Sra. Andréa Araújo realizou uma apresentação sobre o status das atividades de projetos de MDL no Brasil até 31/12/2012.

8.7. Que houve solicitação do Sr. Shigeo Watanabe, diretor de negócios do IBOPE AMBIENTAL (1ª EOD brasileira credenciada na UNFCCC), para apresentação da empresa e de seus planos de atuação. Os membros deliberaram que o mesmo deverá realizar uma apresentação no início da próxima reunião da CIMGC a ser realizada no dia 12 de agosto.

## **9. Outros assuntos:**

9.1. A Sra. Andréa Araújo avisou que todos os anos o EB realiza concurso entre as ANDs. A Secretaria-Executiva recebeu e-mail da EB divulgando o tema do concurso deste ano: “Qual o esforço da AND para a promoção do MDL apesar do efeito negativo que o

mercado de carbono está passando?”. A Secretaria Executiva irá encaminhar o e-mail mencionado a todos os membros para conhecimento.

O Sr. Luís Fernando Badanhan do MME mencionou que o Governo do Brasil não possui como característica a promoção do MDL especialmente por ser uma atividade realizada predominantemente pela iniciativa privada. No entanto, seria interessante que a AND brasileira divulgasse mais seu trabalho.

9.2. Foi mencionado na ata da reunião passada que o MMA traria uma proposta de resolução sobre a documentação mínima necessária para que um proponente de projeto possa dar entrada de sua atividade de projeto à CIMGC de modo a estar em conformidade com a legislação ambiental. A minuta da resolução foi distribuída a todos os membros e foi comentada pela Sra. Josana Esser. A Sra. Sonia Regina Bittencourt mencionou que havia encontrado, nos arquivos eletrônicos, uma nota técnica elaborada pelo consultor Bruno Sabbag sobre este mesmo assunto e que esta poderia ser encaminhada a todos, de modo a subsidiar as sugestões/contribuições a respeito da minuta de Resolução proposta pelo MMA. Foi decidido que a minuta de Resolução seria avaliada pelos membros da CIMGC e que os comentários seriam enviados ao MMA para compilação das considerações. O MMA apresentará a redação final aos membros da CIMGC para que seja discutida em uma próxima reunião ordinária.

9.3. Ponderando que uma das atribuições da CIMGC é subsidiar o Governo nas posições internacionais referentes à mudança do clima, a Sra. Marcela Aboim trouxe considerações importantes sobre a 38ª Sessão dos órgãos subsidiários da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC): *Subsidiary Body for Implementation* (Órgão Subsidiário de Implementação - SBI 38) e do *Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice* (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico - SBSTA 38) e da segunda parte da segunda seção do *Ad Hoc Working Group on the Durban Platform for Enhanced Action* (Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre a Plataforma de Durban para Ação aprimorada ADP 2-2), realizadas em Bonn, Alemanha (31 de maio a 14 de junho). Relatou que vários temas sensíveis ao Brasil foram discutidos em Bonn, quando se pode notar que alguns participantes brasileiros apresentavam conhecimento técnico sobre o assunto, no entanto, não tinham conhecimento sobre o histórico das posições brasileiras em reuniões anteriores. A Sra. Katia Marzall citou que cada vez mais os assuntos estão se

tornando transversais, isto é, temas e setores estão aumentando sua interface e criando interdependências. Além disso, ressaltou a importância do país ter uma posição articulada pelo fato do Brasil historicamente ter se destacado como uma posição de liderança tanto entre os países em desenvolvimento quanto entre os países desenvolvidos. Os planos brasileiros são discutidos como uma referência ou como solução. No caso internacional, há também a abordagem de novos temas. A Sra. Andréa Araújo mencionou a importância do contexto atual com a renovação das equipes de negociadores e de técnicos brasileiros. Diante disto, refletiu-se sobre a realização de um *workshop* voltado para o governo de modo a promover a transferência deste conhecimento. Este workshop ocorreria nas duas últimas semanas de julho antes da remoção do atual embaixador André Aranha Corrêa do Lago. Além dos 11 Ministérios, participariam o Itamaraty e os consultores internacionais (equipe técnica do Itamaraty). Havendo concordância poderiam ser convidadas pessoas da academia. Foi deliberado que a Secretaria Executiva realizaria uma reunião com representantes do MRE, Casa Civil, MMA e MAPA visando à elaboração da proposta deste *workshop* ainda na semana de 17 a 21 de junho. A CIMGC deliberou que a proposta consolidada do *workshop* será analisada em reunião eletrônica extraordinária. Uma vez aprovada, a Secretaria Executiva da CIMGC e o MRE deverão organizar o *workshop*.

A Sra. Andréa Araújo agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada.